



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



MENSAGEM Nº 07 / 2021

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Ex^a, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município para o exercício de 2022, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 4º, da Lei Complementar 101/2000, Lei Orgânica do Município e no inciso II do § 2º do art. 35 do ADCT.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 101 de 2000, tem por objetivo orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, e compreende:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e a organização do orçamento;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução do orçamento do município e suas alterações;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;
- VIII - as disposições sobre transparência;
- IX - as disposições gerais; e
- X - anexos.

As metas e prioridades da administração municipal, constantes do anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias, serão contempladas no Plano Plurianual e terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2022.

Para definição das metas fiscais, adotamos o cenário econômico projetado pelo Banco Central do Brasil em 26/02/2021.

O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais foram elaborados conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000, segundo as orientações da "11ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais" editado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal) e aprovado através da Portaria nº 375, de 08 de julho de 2020 e suas alterações.

De acordo com orientações contidas no referido Manual, os demonstrativos para a LDO 2022 foram elaborados de forma consolidada, isto é, com a somatória das receitas e despesas dos orçamentos da administração direta, fundacional, autárquica e dos fundos especiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



No Anexo das Metas Fiscais foram estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referem e para os dois seguintes, e contém ainda:

- a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- b) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- c) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- d) avaliação da situação financeira e atuarial;
- e) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Com o objetivo de dar cumprimento aos preceitos da LRF, o Anexo de Metas Fiscais é composto pelos seguintes demonstrativos:

- a) Demonstrativo I – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- g) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- h) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Os valores projetados para as receitas poderão sofrer alteração até a elaboração do orçamento, tendo em vista que, até o momento, não foram definidos e divulgados pelos órgãos competentes, o valor que caberá ao município, relativos a algumas receitas, tais como ICMS e FPM, transferências fundo a fundo e transferências voluntárias do Estado e da União.

Através do cumprimento das metas, a administração municipal pretende atingir os objetivos de implementar políticas sociais, ambientais e econômicas no município e ainda, prestar serviços com excelência, promover a cidadania e elevar a qualidade de vida da população.

Atenciosamente,

Prefeito Municipal

**FABRICIO
ANDRADE**

MAGALHAES: 72686

04614974686

Assinado de forma
digital por FABRICIO
ANDRADE
MAGALHAES:046149

Dados: 2021.04.14
16:57:42 -03'00'



PROJETO DE LEI Nº 07, DE 14 DE ABRIL DE 2021

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de Baldim aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2022 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e a organização do orçamento;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução do orçamento do município e suas alterações;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;
- VIII - as disposições sobre transparência;
- IX - as disposições gerais; e
- X - anexos.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração pública municipal em consonância com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei e que constarão do projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2022 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



- I – emprego e renda;
- II – desenvolvimento social;
- III – planejamento e desenvolvimento urbano;
- IV – gestão democrática e participativa.

Parágrafo único. Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2022, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta lei entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – órgão: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar as unidades orçamentárias;

VI – unidade orçamentária: o menor nível de classificação institucional agrupadas em órgãos orçamentários;

VII – especificação da fonte e destinação de recurso: detalhamento da origem e da destinação de recursos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - Sicom;

VIII – grupo de origem das fontes de recurso: agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação;

IX – aplicação programada de recursos: agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categoria de programação;

X – produto: bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



XI – unidade de medida: utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

XII – meta física: quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção à qual se vincula.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

§ 1º A despesa será discriminada por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações especificando a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa e a modalidade de aplicação.

§ 2º A despesa será discriminada na LOA, no mínimo por:

- I - órgão e unidade orçamentária;
- II - função;
- III - subfunção;
- IV - programa;
- V - ação: atividade, projeto e operação especial;
- VI - categoria econômica;
- VII - grupo de natureza de despesa;
- VIII - modalidade de aplicação;
- IX - origem de fonte e aplicação programada de recursos.

Art. 5º A Lei Orçamentária Municipal conterá Reserva de Contingência, equivalente a, no mínimo, 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida, destinada a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



I - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II – fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se como “eventos fiscais imprevistos”, a abertura de créditos adicionais para atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2022.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução, nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 7º As despesas corresponderão à diferença apurada entre a receita estimada e o valor destinado à Reserva de Contingência e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se o valor necessário para as despesas de capital.

§ 1º Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo encaminhará até o dia 31 do mês de julho de 2021, o orçamento de suas despesas, acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

§ 2º Se o Poder Legislativo não encaminhar o orçamento de suas despesas dentro do prazo previsto no §1º, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no §3º.

§ 3º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar sete por cento do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior, conforme dispõe o art. 29^A da Constituição Federal, acrescentado através da Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000.

§ 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses financeiros à (s) entidades (s) da Administração Indireta, cumprindo-se as disposições dos artigos 50, § 2º e 51, § 1º, da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) com as diretrizes traçadas pelas Portarias Interministeriais nº 163/01 e 339 de 29/08/2001.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



Art. 8º Nos termos da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Portaria STN nº 375, de 08 de julho de 2020, serão utilizadas “fontes” de recursos com o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.

§ 1º O mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também será utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

§ 2º A fonte/destinação de recursos constitui instrumento de planejamento gerencial e será adequada na medida das fases de execução da receita e da despesa de modo a evidenciar as fontes de financiamento do gasto público efetivamente realizado.

§ 3º Na elaboração do PLOA para o exercício de 2022, o município observará os prazos previstos na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021 e suas alterações, quanto à padronização das fontes na execução orçamentária, de forma facultativa, sendo permitida a utilização do mecanismo de “de-para” para o envio das informações à Secretaria do Tesouro Nacional, observando o formato definido na referida Portaria e eventuais alterações, bem como as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 9º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2022, a preços correntes, acrescidos do índice da inflação (% anual) projetado e PIB real (crescimento percentual anual) mais previsão de recebimento de recursos de convênios.

Parágrafo único. Os valores projetados para as receitas poderão sofrer alteração até a elaboração do orçamento, em decorrência da ausência de divulgação pelos órgãos competentes, dos valores que caberão a cada município, em decorrência de transferências constitucionais, fundo a fundo e voluntárias.

Art. 10. Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

Parágrafo único. O Município atuará prioritariamente na Educação Básica.

Art. 11. Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as constantes da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e leis que fixarem normas complementares.

Art. 12. A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade pública, não podendo ser utilizados com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 13. O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



§ 1º Caberá à Procuradoria Jurídica do Município, encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, até 10 de julho de 2021, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 01 de julho de 2021, a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, conforme determinado pelo § 5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da Administração Direta, especificando:

- I – número do processo;
- II – número do precatório;
- III – data da expedição do precatório;
- IV – nome do beneficiário e CPF/CNPJ;
- V – valor individualizado por beneficiário e valor total a ser pago.

§ 2º Somente serão incluídas no PLOA/2022, dotações para pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e ofício do Poder Judiciário para definição da ordem de apresentação dos precatórios.

Art. 14. A Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até determinado limite, em valor percentual e dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1º Os recursos referidos no “caput” são provenientes de:

- I – superávit financeiro;
- II – excesso de arrecadação;
- III – anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV – produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e
- V – reserva de contingência.

§ 2º O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, deverá observar o disposto no §3º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como a estimativa de excesso de arrecadação de convênios, nos termos da Consulta TCEMG nº 898.438.

§ 3º Os créditos especiais e extraordinários autorizados e/ou abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, nos limites de seus saldos, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, por ato do Poder Executivo.

Art. 15. As classificações nas dotações, as fontes de recursos, os códigos e títulos das ações poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total da ação, desde que justificadas e se autorizadas, por meio de Decreto, para ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação a alterações determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



Gerais ou STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.

Parágrafo único. Não oneram o percentual estabelecido para suplementação, os ajustes orçamentários ou realocações de recursos ocorridos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Art. 16. As alterações e inclusões de fontes/destinações de recursos das ações constantes na Lei Orçamentária e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de arrecadação da receita e das fases de execução da despesa definidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. O recurso não vinculado por lei específica, convênio ou ajuste que se constituir em superávit financeiro de 2021 poderá ser convertido pelo Poder Executivo em recurso ordinário do Tesouro Municipal para o exercício de 2022, por meio de ato administrativo.

Art. 17. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, no mesmo limite da autorização de abertura de crédito suplementar constante na LOA/2022.

Art. 18. Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 19. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação constante de propostas do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 20. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2022 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2021, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – encargos e serviços de dívida;

IV – outras despesas correntes: limitadas a 1/12 (um doze avos) por mês do valor total previsto para essa natureza de despesa, no projeto de lei orçamentária para 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei;

V – despesas vinculadas: correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, conforme previsto no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



VI – despesas de capital/investimentos: iniciadas e em andamento, conforme projeto básico constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos;

VII – despesas com educação e saúde: conforme disposto na Constituição Federal;

VIII – Superávit: limitado a 1/12 (um doze avos) por mês, do total apurado no exercício anterior;

IX – despesas decorrentes de situação de emergência ou calamidade pública.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos ou recursos que ficarem sem despesas correspondentes apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento serão ajustados pelo Executivo Municipal.

Art. 21. As proposições de emendas legislativas, que, direta ou indiretamente, importarem ou autorizarem aumento de despesa, deverão estar acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário-financeiro dos efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal;

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal;

III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos do Município.

§ 2º É vedada a indicação de recursos provenientes da anulação das seguintes despesas:

I - dotações financiadas com recursos vinculados;

II - dotações referentes a contrapartidas;

III - dotações referentes a obras em execução;

IV - dotações financiadas com recursos diretamente arrecadados;

V - dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;

VI - dotações referentes a benefícios eventuais;

VII - dotações destinadas ao serviço de dívida, compreendendo amortização e encargos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



VIII - dotações relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;

IX - dotações destinadas a custear programas vinculados a fundos municipais;

X - dotações referentes a programas identificados como prioritários no anexo I desta lei, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos entre os programas ou no âmbito de um deles.

§ 3º Ao Projeto da Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.

CAPÍTULO IV

DAS TRANSFERÊNCIAS

SEÇÃO I

DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 22. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do [art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da [Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009](#).

§ 1º A certificação de que trata o caput deste artigo poderá ser:

I - substituída, a critério da Administração, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente; ou

II - dispensada, desde que a entidade execute ações, programas ou serviços em parceria com a administração, nas seguintes áreas:

a) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

b) combate à pobreza extrema;

c) atendimento às pessoas idosas ou com deficiência; e

d) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

III - dispensada, desde que a subvenção seja concedida por lei específica e a entidade comprove seu regular funcionamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



§ 2º Só se beneficiarão das concessões de que trata o “caput”, as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

§ 3º A execução das ações de que tratam o “caput” fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000 e/ou cumprimento dos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

SEÇÃO II

DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL

Art. 23. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o **caput** do art. 22 desta Lei e que preencham as seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

II - estejam previstas na Lei Orçamentária de 2022 ou em seus créditos adicionais;

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas de interesse público.

SEÇÃO III

DOS AUXÍLIOS

Art. 24. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no [art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que atendam a pelo menos um dos seguintes incisos:

I - atendimento direto e gratuito ao público e cumprimento do disposto no caput do art. 22 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica;

II - registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente, e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais, bem como àquelas cadastradas junto a essa administração para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e alternativamente de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no caput do art. 22 desta Lei e cujas ações se destinem a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica;

IV - destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

V – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas, formalizados instrumentos jurídicos adequados que garantam a disponibilização do espaço esportivo implantado visando o desenvolvimento de programas governamentais.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 22 a 24 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá obedecer aos seguintes critérios:

I – aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessária à instalação dos referidos equipamentos; ou

b) aquisição de material permanente; ou

c) construção, ampliação ou conclusão de obras.

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, termo de parceria ou instrumento congênere;

III - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;

IV - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social ou dos estabelecimentos em que exerça suas ações, consulta ao extrato do convênio, da parceria ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



V - regularidade de prestação de contas de recursos anteriormente recebidos;

VI - publicação de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção, quando for o caso, das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII - comprovação pela entidade, da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular no mínimo de um ano;

VIII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente, em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX - manutenção de escrituração contábil regular;

X - apresentação pela entidade de certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa de débitos federais e municipais.

XI - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal;

XII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica sobre a adequação dos convênios, termo de parceria e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

XIII - comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante o último ano, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.

§ 1º A determinação contida no inciso I do **caput** não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

§ 2º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente público ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal.

§ 3º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na [Lei nº 4.320, de 1964](#), por meio de termo de parceria, caso em que deverá



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação, não se lhes aplicando as condições constantes dos arts. 22, 23 e 24 desta Lei.

§ 4º Os recursos decorrentes das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, poderão ser utilizados para remunerar servidores ou empregados públicos, desde que se trate de cargo ou emprego acumulável na forma da Constituição Federal.

Art. 26. Não será exigida contrapartida financeira para as transferências previstas nos arts. 22, 23 e 24 desta Lei, sendo facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços.

Art. 27. A entrega de recursos a consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade do Município, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º Deverão ser garantidos na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 29. Na Lei Orçamentária para o exercício de 2022, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 30. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal, ressalvadas as operações de créditos por antecipação da receita cuja vedação é prevista no art. 38, IV, b, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



- I – 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 32. As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 33. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
- II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extintas, total ou parcialmente;
- III – não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 34. Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Município ainda assim poderá contratar horas-extras:

- I – para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;
- II – manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal do Ensino, na forma e condições previstas na legislação específica.

Art. 36. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 37. Poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às leis complementares e resoluções federais, observando:

I – quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

II – quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos de Lei Complementar Federal.

III – quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;

IV – quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V – quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

VI – a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;

VII – o aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;

VIII – a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



IX – o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

§ 1º A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

I – estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

II - indicar a estimativa de renúncia de receitas e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

III – definir os limites de prazo e valor;

IV – atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;

V – não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do município.

§ 2º Os tributos inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

CAPÍTULO VIII

DA TRANSPARÊNCIA

Art. 38. O Poder Executivo divulgará e manterá atualizada, em sítio eletrônico, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos do disposto nos art. 22 a 24, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número instrumento celebrado;

VI - órgão transferidor;

VII - valores transferidos e respectivas datas;

VIII - edital do chamamento ou número da lei específica autorizadora do repasse.

Art. 39. Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá assegurar o direito fundamental de acesso à informação que



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Aos alunos do ensino básico obrigatório e gratuito da rede municipal será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo único. Desde que cumprido o disposto no caput, é facultado ao município colaborar com o Estado na garantia desses direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 41. Quando a rede estadual de ensino básico e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Parágrafo único. O Município fica obrigado a garantir vagas para os alunos da rede municipal, atendidos na forma do caput, no exercício imediatamente subsequente.

Art. 42. A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno.

Art. 43. O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma inciso III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Art. 44. Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

- I – que constituam obrigações constitucionais e legais;
- II – destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- III – destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 45. O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 46. O Município poderá realizar despesas com a execução de obras de reparos e melhoramentos em imóveis de propriedade do Estado e auxiliar o custeio de despesas próprias dos entes referidos, desde que:

- I – haja previsão orçamentária;
- II – formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Art. 47. O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:

- I – a vinculação de recursos a finalidades específicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!

II – as áreas de maior carência no

Município.



Art. 48. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, e legislações posteriores.

Art. 49. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 50. Para efeito do disposto no art. 42 da LRF considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, bem como parcelas de obras a serem executadas nos exercícios subsequentes, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado ou readequado e efetivamente executado.

Art. 51. A destinação de recursos direta ou indiretamente para pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:

I – renda familiar per-capta a ser definida em regulamentação específica;

II – ser atleta representando o Município em competições oficiais fora do Município;

III – ser artesão representando o Município em Feiras, Congressos ou similares;

IV – grupos teatrais, músicos e outras pessoas físicas representando o município em Conferências, Feiras, Congressos e similares.

Art. 52. Os ordenadores de despesas poderão autorizar a realização de processos licitatórios, no último trimestre do exercício, indicando a dotação orçamentária constante no Projeto de Lei Orçamentária do exercício subsequente, ficando condicionada a homologação do certame, à aprovação do respectivo projeto.

Art. 53. Integram esta Lei os Anexos das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Baldim, 06 de abril de 2021.

Prefeito Municipal

FABRICIO
ANDRADE
MAGALHAES:0
4614974686

Assinado de forma digital
por FABRICIO ANDRADE
MAGALHAES:046149746

86
Dados: 2021.04.14
16:54:10 -03'00'

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDAD	PREFEITURA MUNICIPAL	Resultado de Índices Oficiais Lei de Diretrizes Orçamentários Exercício de 2022			
	MUNICIP	BALDIM				
	UF:	MINAS GERAIS				

Informações sobre o PIB

Esfera do PIB: FEDERAL						
Percentual do PIB para o exercício de 2021:	3.6000 %					
Valor do PIB previsto para o exercício de 2020:	7.478.134.948,00					
Valor do PIB realizado para o exercício de 2020:	7.478.134.948,00					
Percentual do PIB previsto para os próximos	2022	3.0000 %	2023	3.0000 %	2024	3.0000 %
Valor do PIB previsto para os próximos	2022	8.780.557.561,00	2023	9.446.592.841,00	2024	10.139.128.386,00

Fonte das informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Fatores de Cálculo

Descriçã	Instituto Brasileiro de Geografia e						Sigla:	null
Percentual	Fevereiro/2020	0.2500 %	Marco/2020	0.0700 %	Abril/2020	-0.3100	Maio/2020	-0.3800
	Junho/2020	0.2600 %	Julho/2020	0.3600 %	Agosto/2020	0.2400 %	Setembro/2020	0.6400 %
	Outubro/2020	0.8600 %	Novembro/2020	0.8900 %	Dezembro/2020	1.3500 %	Janeiro/2021	0.2500 %
Índices Oficiais	2019	4.3100 %	2020	3.3000 %				
Previsão para:	2021	3.7500 %	2022	3.5000 %	2023	3.5000 %	2024	3.5000 %

Fonte das informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Informações sobre o índice de inflação

Índices de correção mensal:		Fatores previstos para:		Índice de Deflação:	
Fevereiro/2020	108.3140 %	2022	6.5000 %	2019	1.0372 %
Marco/2020	108.0440 %	2023	6.5000 %	2020	1.0360 %
Abril/2020	107.9680 %			2021	1.0000 %
Maio/2020	108.3040 %			2022	1.0350 %
Junho/2020	108.7170 %	2024	6.5000 %	2023	1.0350 %
Julho/2020	108.4350 %			2024	1.0350 %
Agosto/2020	108.0460 %				
Setembro/2020	107.7870 %				
Outubro/2020	107.1020 %				
Novembro/202	106.1890 %				
Dezembro/202	106.1890 %				
Janeiro/2021	103.8500 %				

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	14 abr 2021 15:57	
	MUNICIPIO:	BALDIM	FOLHA: 1	
	UF:	MINAS GERAIS	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita	
			Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024	
		Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
		Projeção da Receita (Anual)		

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	26.684.137,84	28.418.606,74	30.265.816,18	32.233.094,25
1.1.0.0.00.0.0	Imp., Tax. e Contrib. de Melhoria	1.610.092,24	1.714.748,25	1.826.206,91	1.944.910,39
1.1.1.0.00.0.0	Impostos	1.581.031,06	1.683.798,09	1.793.244,98	1.909.805,93
1.1.1.3.00.0.0	Imp. s/ Renda e Prov. Qualquer Natureza	391.066,37	416.485,69	443.557,26	472.388,47
1.1.1.3.03.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	391.066,37	416.485,69	443.557,26	472.388,47
1.1.1.3.03.1.0	Imp. s/ a Renda - Retido Fonte -Trabalho	381.492,47	406.289,48	432.698,31	460.823,71
1.1.1.3.03.1.1	IRRF - Trabalho - Principal	381.492,47	406.289,48	432.698,31	460.823,71
1.1.1.3.03.4.0	IRRF - Trabalho - Outros Rendimentos	9.573,90	10.196,21	10.858,95	11.564,76
1.1.1.3.03.4.1	IRRF - Trabalho - Outros Rend. Principal	9.573,90	10.196,21	10.858,95	11.564,76
1.1.1.8.00.0.0	Imp. Espec. de Estados/DF Mun.	1.189.964,69	1.267.312,40	1.349.687,72	1.437.417,46
1.1.1.8.01.0.0	Imp. s/ o Patrimônio p/ Estados/DF/Mun.	254.897,92	271.466,28	289.111,59	307.903,87
1.1.1.8.01.1.0	IPTU	134.730,89	143.488,40	152.815,16	162.748,15
1.1.1.8.01.1.1	IPTU - Principal	119.085,50	126.826,05	135.069,75	143.849,29
1.1.1.8.01.1.2	IPTU - Multas e Juros	13.059,66	13.908,55	14.812,61	15.775,44
1.1.1.8.01.1.3	IPTU - Dívida Ativa	1.610,60	1.715,29	1.826,79	1.945,54
1.1.1.8.01.1.4	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros	975,13	1.038,51	1.106,01	1.177,88
1.1.1.8.01.4.0	ITBI	120.167,03	127.977,88	136.296,43	145.155,72
1.1.1.8.01.4.1	ITBI - Principal	120.167,03	127.977,88	136.296,43	145.155,72
1.1.1.8.02.0.0	Imp. s/Prod. circulação Mercad. Serviços	935.066,77	995.846,12	1.060.576,13	1.129.513,59
1.1.1.8.02.3.0	ISS - Principal	935.066,77	995.846,12	1.060.576,13	1.129.513,59

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	14 abr 2021 15:57	
	MUNICIPIO:	BALDIM	FOLHA: 2	
	UF:	MINAS GERAIS		
			Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita	
			Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024	
			Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022	
			Projeção da Receita (Anual)	

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
1.1.1.8.02.3.1	ISS - Principal	933.141,56	993.795,76	1.058.392,49	1.127.188,01
1.1.1.8.02.3.2	ISS - Multas e Juros	1.925,21	2.050,36	2.183,64	2.325,58
1.1.2.0.00.0.0	Taxas	29.061,18	30.950,16	32.961,93	35.104,46
1.1.2.2.00.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	20.342,73	21.665,02	23.073,26	24.573,03
1.1.2.2.01.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	20.342,73	21.665,02	23.073,26	24.573,03
1.1.2.2.01.1.0	Taxas pela Prestação de Serviços	20.342,73	21.665,02	23.073,26	24.573,03
1.1.2.2.01.1.1	Tax. pela Prestação de Serv. - Princ.	20.342,73	21.665,02	23.073,26	24.573,03
1.1.2.8.00.0.0	Taxas - Espec. Estados, DF e Municípios	8.718,45	9.285,14	9.888,67	10.531,43
1.1.2.8.01.0.0	Taxa Inspeção Controle e Fiscalização	8.718,45	9.285,14	9.888,67	10.531,43
1.1.2.8.01.9.0	Tx Inspeção, Controle e Fisc/ Outras	8.718,45	9.285,14	9.888,67	10.531,43
1.1.2.8.01.9.1	Tx Inspeção, Cont. Fisc- Outras - Princ	8.718,45	9.285,14	9.888,67	10.531,43
1.2.0.0.00.0.0	Contribuições	507.008,74	539.964,30	575.061,98	612.440,99
1.2.4.0.00.0.0	Contrib. Custeio Serviço Ilum. Pública	507.008,74	539.964,30	575.061,98	612.440,99
1.2.4.0.00.1.0	Contrib. Custeio Serviço Ilum. Pública	507.008,74	539.964,30	575.061,98	612.440,99
1.2.4.0.00.1.1	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Púb. Princ.	507.008,74	539.964,30	575.061,98	612.440,99
1.3.0.0.00.0.0	Receita Patrimonial	10.343,11	11.015,41	11.731,40	12.493,94
1.3.2.0.00.0.0	Valores Mobiliários	10.343,11	11.015,41	11.731,40	12.493,94
1.3.2.1.00.0.0	Juros e Correções Monetárias	10.343,11	11.015,41	11.731,40	12.493,94
1.3.2.1.00.1.0	Remuneração de Depósitos Bancários	10.343,11	11.015,41	11.731,40	12.493,94
1.3.2.1.00.1.1	Remu. de Dep. Banc. - Princ.	10.343,11	11.015,41	11.731,40	12.493,94

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 3
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Receita (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
1.6.0.0.00.0.0	Receita de Serviços	83.431,99	88.855,07	94.630,66	100.781,65
1.6.2.0.00.0.0	Serv. Ativ. Ref. Navegação e Transporte	8.143,27	8.672,59	9.236,32	9.836,68
1.6.2.0.02.0.0	Serviços de Transporte	8.143,27	8.672,59	9.236,32	9.836,68
1.6.2.0.02.1.0	Serviços de Transporte	8.143,27	8.672,59	9.236,32	9.836,68
1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal	8.143,27	8.672,59	9.236,32	9.836,68
1.6.3.0.00.0.0	Serv. e Atividades Referentes à Saúde	75.288,72	80.182,48	85.394,34	90.944,97
1.6.3.8.00.0.0	Serv Ativ Ref Saúde - Esp Est/DF/Munic	75.288,72	80.182,48	85.394,34	90.944,97
1.6.3.8.01.0.0	Serviços de Saúde - Esp Est/DF/Munic	75.288,72	80.182,48	85.394,34	90.944,97
1.6.3.8.01.3.0	Serv. Radiológicos e Laboratoriais	75.288,72	80.182,48	85.394,34	90.944,97
1.6.3.8.01.3.1	Serv. Radiológicos/Laboratoriais - Princ	75.288,72	80.182,48	85.394,34	90.944,97
1.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes	24.200.316,56	25.773.337,09	27.448.603,98	29.232.763,27
1.7.1.0.00.0.0	Transf. da União e de suas Entidades	15.327.859,27	16.324.170,11	17.385.241,14	18.515.281,87
1.7.1.8.00.0.0	Transf. da União - Específica E/M	15.327.859,27	16.324.170,11	17.385.241,14	18.515.281,87
1.7.1.8.01.0.0	Participação na Receita da União	10.010.309,24	10.660.979,31	11.353.942,96	12.091.949,27
1.7.1.8.01.2.0	Cota Parte F.Participação M. Cota Mensal	9.155.270,93	9.750.363,53	10.384.137,17	11.059.106,10
1.7.1.8.01.2.1	Cota Parte F.P.M. Cota Mensal-Principal	9.155.270,93	9.750.363,53	10.384.137,17	11.059.106,10
1.7.1.8.01.3.0	Cota Parte F.P.M. Cota 1% mês dezembro	398.808,32	424.730,86	452.338,37	481.740,36
1.7.1.8.01.3.1	Cota Parte F.P.M. Cota 1% mês dez.Princ.	398.808,32	424.730,86	452.338,37	481.740,36
1.7.1.8.01.4.0	Cota Parte F.P.M. Cota 1% mês julho	411.744,94	438.508,36	467.011,40	497.367,14
1.7.1.8.01.4.1	Cota Parte F.P.M. Cota 1% mês jul.Princ.	411.744,94	438.508,36	467.011,40	497.367,14

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 4
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Receita (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
1.7.1.8.01.5.0	Cota-Parte ITR	44.485,05	47.376,56	50.456,02	53.735,67
1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte ITR - Principal	44.485,05	47.376,56	50.456,02	53.735,67
1.7.1.8.02.0.0	Transf.Comp.Fin.Expl.Recursos Naturais	144.030,87	153.392,88	163.363,40	173.982,02
1.7.1.8.02.6.0	FEP -Cota- parte F. Especial do Petróleo	144.030,87	153.392,88	163.363,40	173.982,02
1.7.1.8.02.6.1	FEP - Cota-parte F. Especial Pet. Princ.	144.030,87	153.392,88	163.363,40	173.982,02
1.7.1.8.03.0.0	Transf.Rec.SUS Repasses F/F-Bloco Manut	2.904.768,40	3.093.578,36	3.294.660,96	3.508.813,96
1.7.1.8.03.1.0	Transf.Rec.SUS - Atenção Primária	1.760.519,88	1.874.953,67	1.996.825,68	2.126.619,36
1.7.1.8.03.1.1	Transf.Rec.SUS - Atenção Primária Básica	1.760.519,88	1.874.953,67	1.996.825,68	2.126.619,36
1.7.1.8.03.3.0	Transf. Rec SUS - Vigilância em Saúde	115.706,90	123.227,86	131.237,66	139.768,12
1.7.1.8.03.3.1	Transf. Rec SUS Vig. em Saúde - Princ	115.706,90	123.227,86	131.237,66	139.768,12
1.7.1.8.03.4.0	Transf. Rec SUS - Assist Farmacêutica	106.012,31	112.903,10	120.241,81	128.057,54
1.7.1.8.03.4.1	Transf. Rec SUS - Assist Farm - Princ	106.012,31	112.903,10	120.241,81	128.057,54
1.7.1.8.03.9.0	Transf. Rec SUS - O P Fin Transf F F	922.529,31	982.493,73	1.046.355,81	1.114.368,94
1.7.1.8.03.9.1	Transf. Rec SUS O P Fin Transf F F Pri	922.529,31	982.493,73	1.046.355,81	1.114.368,94
1.7.1.8.05.0.0	Transferências de Recursos do FNDE	353.632,40	376.618,50	401.098,70	427.170,12
1.7.1.8.05.1.0	Transferências do Salário-Educação	205.291,85	218.635,82	232.847,15	247.982,21
1.7.1.8.05.1.1	Transf. do Salário-Educação - Princ.	205.291,85	218.635,82	232.847,15	247.982,21
1.7.1.8.05.3.0	Transf. Prog. Nac. Aliment. Escolar-PNAE	71.691,99	76.351,96	81.314,84	86.600,30
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Prog.Nac. Al.Escolar-PNAE Princ.	71.691,99	76.351,96	81.314,84	86.600,30
1.7.1.8.05.4.0	Transf. Programa Transp. Escolar -PNATE	75.777,07	80.702,58	85.948,24	91.534,89

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 5
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Receita (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
1.7.1.8.05.4.1	Transf.Prog.Transp.Escolar -PNATE Princ.	75.777,07	80.702,58	85.948,24	91.534,89
1.7.1.8.05.9.0	Outras Transferências Diretas do FNDE	871,49	928,14	988,47	1.052,72
1.7.1.8.05.9.1	Outras Transf. Diretas do FNDE Principal	871,49	928,14	988,47	1.052,72
1.7.1.8.12.0.0	Transf. Rec do FNAS	222.688,47	237.163,22	252.578,82	268.996,44
1.7.1.8.12.1.0	Transf. Rec do FNAS	222.688,47	237.163,22	252.578,82	268.996,44
1.7.1.8.12.1.1	Transf. Rec do FNAS - Princ	222.688,47	237.163,22	252.578,82	268.996,44
1.7.1.8.99.0.0	Outras Transferências da União	1.692.429,89	1.802.437,84	1.919.596,30	2.044.370,06
1.7.1.8.99.1.0	Outras Transferências da União	1.692.429,89	1.802.437,84	1.919.596,30	2.044.370,06
1.7.1.8.99.1.1	Outras Transf. da União - Princ.	1.692.429,89	1.802.437,84	1.919.596,30	2.044.370,06
1.7.2.0.00.0.0	Transf. Estados e DF e de suas Entidades	5.448.169,22	5.802.300,20	6.179.449,70	6.581.113,92
1.7.2.8.00.0.0	Transf. dos Estados - Específica E/M	5.448.169,22	5.802.300,20	6.179.449,70	6.581.113,92
1.7.2.8.01.0.0	Participação na Receita dos Estados	4.672.767,96	4.976.497,86	5.299.970,20	5.644.468,26
1.7.2.8.01.1.0	Cota-Parte do ICMS	3.936.151,33	4.192.001,16	4.464.481,23	4.754.672,51
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	3.936.151,33	4.192.001,16	4.464.481,23	4.754.672,51
1.7.2.8.01.2.0	Cota-Parte do IPVA	686.504,98	731.127,79	778.651,07	829.263,38
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	686.504,98	731.127,79	778.651,07	829.263,38
1.7.2.8.01.3.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	41.944,70	44.671,10	47.574,73	50.667,09
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Mun. - Princ.	41.944,70	44.671,10	47.574,73	50.667,09
1.7.2.8.01.4.0	Cota-Parte Contrib. Interv.Dom.Econômico	8.166,95	8.697,81	9.263,17	9.865,28
1.7.2.8.01.4.1	Cota-Parte Contrib. Interv.Dom.Ec.Princ.	8.166,95	8.697,81	9.263,17	9.865,28

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 6
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Receita (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
1.7.2.8.03.0.0	Transf. R. Estado Prog.Saúde R.F.a Fundo	677.602,99	721.647,18	768.554,25	818.510,27
1.7.2.8.03.1.0	Transf. R. Estado Prog.Saúde R.F.a Fundo	677.602,99	721.647,18	768.554,25	818.510,27
1.7.2.8.03.1.1	Transf. R. E.Prog.Saúde R.F.Fundo Princ.	677.602,99	721.647,18	768.554,25	818.510,27
1.7.2.8.07.0.0	Transferências de Estados destinadas à A	33.483,50	35.659,93	37.977,84	40.446,40
1.7.2.8.07.1.0	Transferências de Estados destinadas à A	33.483,50	35.659,93	37.977,84	40.446,40
1.7.2.8.07.1.1	Transferências de Estados destinadas à A	33.483,50	35.659,93	37.977,84	40.446,40
1.7.2.8.99.0.0	Outras Transferências dos Estados	64.314,77	68.495,23	72.947,41	77.688,99
1.7.2.8.99.1.0	Outras Transferências dos Estados	64.314,77	68.495,23	72.947,41	77.688,99
1.7.2.8.99.1.1	Outras Transf. dos Estados - Princ.	64.314,77	68.495,23	72.947,41	77.688,99
1.7.5.0.00.0.0	Transf. de Outras Instituições Públicas	3.424.288,07	3.646.866,78	3.883.913,14	4.136.367,48
1.7.5.8.00.0.0	Transf. Outras Inst. Públicas -Esp. E/M	3.424.288,07	3.646.866,78	3.883.913,14	4.136.367,48
1.7.5.8.01.0.0	Transferências de Recursos do FUNDEB	3.424.288,07	3.646.866,78	3.883.913,14	4.136.367,48
1.7.5.8.01.1.0	Transferências de Recursos do FUNDEB	3.424.288,07	3.646.866,78	3.883.913,14	4.136.367,48
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos FUNDEB Princ.	3.424.288,07	3.646.866,78	3.883.913,14	4.136.367,48
1.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes	272.945,20	290.686,62	309.581,25	329.704,01
1.9.2.0.00.0.0	Indenizações, Restit. e Ressarcimentos	1.968,03	2.095,95	2.232,19	2.377,28
1.9.2.2.00.0.0	Restituições	1.968,03	2.095,95	2.232,19	2.377,28
1.9.2.2.99.0.0	Outras Restituições	1.968,03	2.095,95	2.232,19	2.377,28
1.9.2.2.99.1.0	Outras Restituições	1.968,03	2.095,95	2.232,19	2.377,28
1.9.2.2.99.1.1	Outras Restituições - Principal	1.968,03	2.095,95	2.232,19	2.377,28

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 7
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Receita (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
1.9.9.0.00.0.0	Demais Receitas Correntes	270.977,17	288.590,67	307.349,06	327.326,73
1.9.9.0.99.0.0	Outras Receitas	270.977,17	288.590,67	307.349,06	327.326,73
1.9.9.0.99.1.0	Outras Receitas - Primárias	270.977,17	288.590,67	307.349,06	327.326,73
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	270.977,17	288.590,67	307.349,06	327.326,73
2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	732.191,33	779.783,77	830.469,72	884.450,26
2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital	732.191,33	779.783,77	830.469,72	884.450,26
2.4.1.0.00.0.0	Transf. da União e de suas Entidades	228.804,93	243.677,25	259.516,27	276.384,83
2.4.1.8.00.0.0	Transferências da União	228.804,93	243.677,25	259.516,27	276.384,83
2.4.1.8.03.0.0	Transf Rec.SUS -F/F - Bloco Manut ASP	3.657,51	3.895,25	4.148,44	4.418,09
2.4.1.8.03.9.0	Transf Rec.SUS - Outros Prog Financ Tran	3.657,51	3.895,25	4.148,44	4.418,09
2.4.1.8.03.9.1	Transf Rec.SUS - Outros Prog Fin Transf	3.657,51	3.895,25	4.148,44	4.418,09
2.4.1.8.04.0.0	Transf. Rec SUS-F/F- Bloco Est.Rede Serv	225.147,42	239.782,00	255.367,83	271.966,74
2.4.1.8.04.1.0	Transf. Rec SUS Atenção Primária	193.636,02	206.222,36	219.626,81	233.902,55
2.4.1.8.04.1.1	Transf. Rec SUS Atenção Primária - Prin	193.636,02	206.222,36	219.626,81	233.902,55
2.4.1.8.04.6.0	Outras Transf. Rec SUS	31.511,40	33.559,64	35.741,02	38.064,19
2.4.1.8.04.6.1	Outras Transf. Rec SUS- Principal	31.511,40	33.559,64	35.741,02	38.064,19
2.4.2.0.00.0.0	Transf. Estados DF e de suas Entidades	503.386,40	536.106,52	570.953,45	608.065,43
2.4.2.8.00.0.0	Transf. dos Estados, DF suas Entidades	503.386,40	536.106,52	570.953,45	608.065,43
2.4.2.8.03.0.0	Transf. Recur. Sist. Único de Saúde -SUS	232.298,90	247.398,33	263.479,22	280.605,37
2.4.2.8.03.1.0	Transf.Recur. Sist. Único Saúde - SUS	232.298,90	247.398,33	263.479,22	280.605,37

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 8
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Receita (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
2.4.2.8.03.1.1	Transf. R. Sist. Único Saúde SUS Princ.	232.298,90	247.398,33	263.479,22	280.605,37
2.4.2.8.10.0.0	Transf. Conv. Estados DF Entidades	216.870,00	230.966,55	245.979,38	261.968,04
2.4.2.8.10.9.0	Outras Transf. de Conv. dos Estados	216.870,00	230.966,55	245.979,38	261.968,04
2.4.2.8.10.9.1	Outras Transf. Conv. dos Estados -Princ.	216.870,00	230.966,55	245.979,38	261.968,04
2.4.2.8.99.0.0	Outras Transferências dos Estados	54.217,50	57.741,64	61.494,85	65.492,02
2.4.2.8.99.1.0	Outras Transferências dos Estados	54.217,50	57.741,64	61.494,85	65.492,02
2.4.2.8.99.1.1	Outras Transf. dos Estados - Princ.	54.217,50	57.741,64	61.494,85	65.492,02
90.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.773.115,30	-2.953.367,82	-3.145.336,68	-3.349.783,56
91.0.0.0.00.0.0	RENÚNCIA	-153,41	-163,38	-174,00	-185,31
91.1.0.0.00.0.0	Dedução Receitas Correntes	-153,41	-163,38	-174,00	-185,31
91.1.1.0.00.0.0	Dedu. Imp., Tax. e Contrib. de Melhoria	-153,41	-163,38	-174,00	-185,31
91.1.1.1.0.00.0.0	Dedução Impostos	-153,41	-163,38	-174,00	-185,31
91.1.1.1.8.00.0.0	Dedu. Imp. Espec. de Estados/DF Mun.	-153,41	-163,38	-174,00	-185,31
91.1.1.1.8.01.0.0	Dedu. Imp. s/ Patrimônio Estados/DF/Mun.	-153,41	-163,38	-174,00	-185,31
91.1.1.1.8.01.1.0	Dedu. Imp. s/ Prop. Predial e T. Urbana	-153,41	-163,38	-174,00	-185,31
91.1.1.1.8.01.1.1	Dedução IPTU - Principal	-153,41	-163,38	-174,00	-185,31
92.0.0.0.00.0.0	RESTITUIÇÕES	-78,33	-83,42	-88,84	-94,61
92.1.0.0.00.0.0	Dedução Receitas Correntes	-78,33	-83,42	-88,84	-94,61
92.1.9.0.00.0.0	Dedução Outras Receitas Correntes	-78,33	-83,42	-88,84	-94,61
92.1.9.9.0.00.0.0	Dedução Demais Receitas Correntes	-78,33	-83,42	-88,84	-94,61

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 9
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Receita (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
92.1.9.9.0.99.0.0	Dedução Outras Receitas	-78,33	-83,42	-88,84	-94,61
92.1.9.9.0.99.1.0	Dedução Outras Receitas - Primárias	-78,33	-83,42	-88,84	-94,61
92.1.9.9.0.99.1.1	Dedução Outras Receitas - Primárias - Pr	-78,33	-83,42	-88,84	-94,61
95.0.0.0.0.00.0.0	FUNDEB	-2.772.869,40	-2.953.105,94	-3.145.057,78	-3.349.486,54
95.1.0.0.0.00.0.0	Dedução Receitas Correntes	-2.772.869,40	-2.953.105,94	-3.145.057,78	-3.349.486,54
95.1.7.0.0.00.0.0	Dedução Transferências Correntes	-2.772.869,40	-2.953.105,94	-3.145.057,78	-3.349.486,54
95.1.7.1.0.00.0.0	Dedu. Transf. União e de suas Entidades	-1.839.950,76	-1.959.547,59	-2.086.918,17	-2.222.567,87
95.1.7.1.8.00.0.0	Dedu. Transf. da União - Específica E/M	-1.839.950,76	-1.959.547,59	-2.086.918,17	-2.222.567,87
95.1.7.1.8.01.0.0	Dedu. Participação na Receita da União	-1.839.950,76	-1.959.547,59	-2.086.918,17	-2.222.567,87
95.1.7.1.8.01.2.0	Dedu. Cota-Parte do F.P.M. - Cota Mensal	-1.831.053,88	-1.950.072,41	-2.076.827,11	-2.211.820,88
95.1.7.1.8.01.2.1	Dedu. Cota-Parte do F.P.M. Mensal Princ.	-1.831.053,88	-1.950.072,41	-2.076.827,11	-2.211.820,88
95.1.7.1.8.01.5.0	Dedu. Cota-Parte Imp. S/ P. Territ.Rural	-8.896,88	-9.475,18	-10.091,06	-10.746,99
95.1.7.1.8.01.5.1	Dedu. Cota-Parte do I.P.T. Rural -Princ.	-8.896,88	-9.475,18	-10.091,06	-10.746,99
95.1.7.2.0.00.0.0	Dedu. Transf. Estados e DF e Entidades	-932.918,64	-993.558,35	-1.058.139,61	-1.126.918,67
95.1.7.2.8.00.0.0	Dedu. Transf. Estados - Específica E/M	-932.918,64	-993.558,35	-1.058.139,61	-1.126.918,67
95.1.7.2.8.01.0.0	Dedu. Participação Receita dos Estados	-932.918,64	-993.558,35	-1.058.139,61	-1.126.918,67
95.1.7.2.8.01.1.0	Dedução Cota-Parte do ICMS	-787.229,92	-838.399,86	-892.895,83	-950.934,06
95.1.7.2.8.01.1.1	Dedução Cota-Parte do ICMS - Principal	-787.229,92	-838.399,86	-892.895,83	-950.934,06
95.1.7.2.8.01.2.0	Dedução Cota-Parte do IPVA	-137.299,79	-146.224,28	-155.728,86	-165.851,22
95.1.7.2.8.01.2.1	Dedução Cota-Parte do IPVA - Principal	-137.299,79	-146.224,28	-155.728,86	-165.851,22

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 5 – Memória de Cálculo da Receita		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Receita para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 10
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Receita (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
95.1.7.2.8.01.3.0	Dedução Cota-Parte do IPI - Municípios	-8.388,93	-8.934,21	-9.514,92	-10.133,39
95.1.7.2.8.01.3.1	Dedu. Cota-Parte do IPI - Mun. - Princ.	-8.388,93	-8.934,21	-9.514,92	-10.133,39
99.0.0.0.0.00.0.0	OUTRAS DEDUÇÕES	-14,16	-15,08	-16,06	-17,10
99.1.0.0.0.00.0.0	Dedução Receitas Correntes	-14,16	-15,08	-16,06	-17,10
99.1.3.0.0.00.0.0	Dedução Receita Patrimonial	-14,16	-15,08	-16,06	-17,10
99.1.3.2.0.00.0.0	Dedução Valores Mobiliários	-14,16	-15,08	-16,06	-17,10
99.1.3.2.1.00.0.0	Dedução Juros e Correções Monetárias	-14,16	-15,08	-16,06	-17,10
99.1.3.2.1.00.1.0	Dedução Remuneração de Depósitos Bancári	-14,16	-15,08	-16,06	-17,10
99.1.3.2.1.00.1.1	Dedução Remu. de Dep. Banc. - Princ.	-14,16	-15,08	-16,06	-17,10
Totais:		24.643.213,87	26.245.022,69	27.950.949,22	29.767.760,95

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 6 – Memória de Cálculo da Despesa		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Despesa para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 1
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Despesa (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.818.574,88	22.171.782,28	23.612.948,16	25.147.789,83
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.849.954,59	13.685.201,65	14.574.739,77	15.522.097,85
3.1.71.00.00	Transf. Consórcios Públicos Med.Cont.Rat	36.910,01	39.309,16	41.864,26	44.585,44
3.1.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	36.910,01	39.309,16	41.864,26	44.585,44
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	12.813.044,58	13.645.892,49	14.532.875,51	15.477.512,41
3.1.90.01.00	Aposentadorias RPPS, Res.Rem. e Reforma	157.943,51	168.209,86	179.143,52	190.787,84
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	51.390,60	54.731,00	58.288,51	62.077,26
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	3.175.813,99	3.382.241,91	3.602.087,64	3.836.223,33
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil	7.100.232,39	7.561.747,49	8.053.261,07	8.576.723,05
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.508.531,99	1.606.586,58	1.711.014,71	1.822.230,67
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil	275.576,79	293.489,26	312.566,06	332.882,85
3.1.90.91.00	Sentenças Judiciais	4.332,16	4.613,75	4.913,64	5.233,03
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	539.223,15	574.272,64	611.600,36	651.354,38
3.2.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	173.806,32	185.103,73	197.135,47	209.949,28
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	173.806,32	185.103,73	197.135,47	209.949,28
3.2.90.21.00	Juros Sobre Dívida Por Contrato	173.806,32	185.103,73	197.135,47	209.949,28
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.794.813,97	8.301.476,90	8.841.072,92	9.415.742,70
3.3.30.00.00	Transf. a Estados e ao Distrito Federal	113.618,54	121.003,75	128.869,00	137.245,48
3.3.30.41.00	Contribuições	113.618,54	121.003,75	128.869,00	137.245,48
3.3.50.00.00	Transf.Instit.Privadas S/Fins Lucrativos	90.483,55	96.364,99	102.628,71	109.299,58

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 6 – Memória de Cálculo da Despesa		14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM	Projeção da Despesa para o Período de 2021 a 2024		FOLHA: 2
	UF:	MINAS GERAIS	Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022		
	Projeção da Despesa (Anual)				

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
3.3.50.41.00	Contribuições	12.147,73	12.937,34	13.778,27	14.673,86
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	78.335,82	83.427,65	88.850,44	94.625,72
3.3.70.00.00	Transf. Inst. Multigovernamentais	15.638,71	16.655,23	17.737,82	18.890,78
3.3.70.41.00	Contribuições	15.638,71	16.655,23	17.737,82	18.890,78
3.3.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	45.192,86	48.130,39	51.258,87	54.590,70
3.3.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	45.192,86	48.130,39	51.258,87	54.590,70
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	7.398.576,19	7.879.483,66	8.391.650,12	8.937.107,41
3.3.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	17.176,94	18.293,44	19.482,51	20.748,87
3.3.90.30.00	Material de Consumo	2.385.159,63	2.540.195,01	2.705.307,68	2.881.152,66
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita	314.069,43	334.483,95	356.225,40	379.380,06
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	151.045,37	160.863,32	171.319,43	182.455,20
3.3.90.36.00	Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física	1.046.545,17	1.114.570,62	1.187.017,73	1.264.173,89
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	2.604.640,56	2.773.942,20	2.954.248,44	3.146.274,60
3.3.90.40.00	Serv. de TI e Comunicação - PJ	68.720,96	73.187,81	77.945,03	83.011,46
3.3.90.46.00	Auxílio-alimentação	22.035,29	23.467,58	24.992,97	26.617,51
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	504.291,91	537.070,87	571.980,48	609.159,22
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financ. Pessoas Físicas	54.964,54	58.537,24	62.342,16	66.394,40
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	104.690,03	111.494,89	118.742,07	126.460,31
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	130,27	138,74	147,76	157,36
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	125.106,09	133.237,99	141.898,46	151.121,87

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL	Quadro 6 – Memória de Cálculo da Despesa Projeção da Despesa para o Período de 2021 a 2024 Leis de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022 Projeção da Despesa (Anual)	14 abr 2021 15:57
	MUNICIPIO:	BALDIM		FOLHA: 3
	UF:	MINAS GERAIS		

Código	Descrição	2021	2022	2023	2024
3.3.93.00.00	Aplic.Direta Dec. Oper.Ó. Fundos e Ent.	131.304,12	139.838,88	148.928,40	158.608,75
3.3.93.39.00	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	131.304,12	139.838,88	148.928,40	158.608,75
4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.710.233,91	2.886.399,11	3.074.015,05	3.273.826,00
4.4.00.00.00	Investimentos	2.700.381,55	2.875.906,34	3.062.840,25	3.261.924,83
4.4.71.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	-3.602,77	-3.836,95	-4.086,35	-4.351,97
4.4.71.70.00	Rateio pela Particip. Consórcio Público	-3.602,77	-3.836,95	-4.086,35	-4.351,97
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.703.984,32	2.879.743,29	3.066.926,60	3.266.276,80
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	1.443.905,56	1.537.759,41	1.637.713,76	1.744.165,14
4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	1.260.078,76	1.341.983,88	1.429.212,84	1.522.111,66
4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	9.852,36	10.492,77	11.174,80	11.901,17
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	9.852,36	10.492,77	11.174,80	11.901,17
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	9.852,36	10.492,77	11.174,80	11.901,17
Totais:		23.528.808,79	25.058.181,39	26.686.963,21	28.421.615,83

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL	PROJEÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA e RESULTADO NOMINAL LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Exercício de 2022	14 abr 2021 15:58
	MUNICÍPIO: BALDIM		FOLHA: 1
	UF: MINAS GERAIS		

R\$ unidade							
Divida Consolidada Líquida 2018	5.633.199,70	Exercícios					
Especificação	2019 (b)	2020 (c)		2021 (d)	2022 (e)	2023 (f)	2024 (g)
		Previsto	Realizado (cr)				
Dívida Consolidada (I)	5.545.278,76	5.728.272,96	5.533.171,86	5.740.665,80	5.941.589,11	6.149.544,73	6.364.778,79
Deduções(II)	1.137.152,09	1.174.678,11	1.444.523,42	1.498.693,05	1.551.147,30	1.605.437,46	1.661.627,77
Ativo Disponível	2.083.934,80	2.152.704,65	1.980.274,08	2.054.534,36	2.126.443,06	2.200.868,57	2.277.898,97
Haveres Financeiros	28.530,42	29.471,92	31.796,82	32.989,20	34.143,82	35.338,86	36.575,72
(-) Restos a Pagar Processados	975.313,13	1.007.498,46	567.547,48	588.830,51	609.439,58	630.769,96	652.846,91
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	4.408.126,67	4.553.594,85	4.088.648,44	4.241.972,76	4.390.441,80	4.544.107,27	4.703.151,02
Receitas de Privatizações(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (III + IV- V)	4.408.126,67	4.553.594,85	4.088.648,44	4.241.972,76	4.390.441,80	4.544.107,27	4.703.151,02
Receitas Primárias advindas de PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VIII) = (VI -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	19.561.243,72	20.206.764,76	22.005.291,46	22.830.489,89	23.629.557,04	24.456.591,53	25.312.572,24
Resultado Primário (IX)	1.442.929,08	1.490.545,74	129.797,53	134.664,94	139.378,21	144.256,45	149.305,42
Juros e Encargos Ativos (X)	39.065,52	40.354,68	11.897,14	12.343,28	12.775,30	13.222,43	13.685,22
Juros e Encargos Passivos (XI)	393.017,36	405.986,93	259.346,94	269.072,45	278.489,99	288.237,14	298.325,44
Resultado Nominal - acima da linha (XII)	1.088.977,24	1.124.913,49	-117.652,27	-122.064,23	-126.336,48	-130.758,25	-135.334,79
Resultado Nominal - abaixo da linha	4.408.126,67	145.468,18	-319.478,23	-311.622,09	148.469,05	153.665,46	159.043,75
Resultado Nominal Ajustado - abaixo da	1.222.688,21	1.263.036,92	319.478,23	331.458,66	343.059,72	355.066,81	367.494,15
Inflação	0,00	3,30	0,00	3,75	3,50	3,50	3,50

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º , §2º, inciso I)

Especificação	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x	% RCL (a/RCL x 100)	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x	% RCL (a/RCL) x 100
RECEITAS PRIMÁRIAS												
Total das Receitas Correntes	25.465.238,92	24.604.095,57	0,29	107,77	27.120.479,50	26.203.361,84	0,29	110,89	28.883.310,69	27.906.580,00	0,25	114,11
(-) Valores Mobiliários	-11.015,41	-10.642,91	0,00	-0,05	-11.731,40	-11.334,69	0,00	-0,05	-12.493,94	-12.071,00	0,00	-0,05
(+) Total das Receitas de Capital	779.783,77	753.414,27	0,01	3,30	830.469,72	802.386,20	0,01	3,40	884.450,26	854.541,00	0,01	3,49
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	26.234.007,28	25.346.866,93	0,30	111,02	27.939.217,82	26.994.413,35	0,28	114,24	29.755.267,01	28.749.050,25	0,26	117,55
DESPESAS PRIMÁRIAS												
Total das Despesas Correntes	22.171.782,28	21.422.011,86	0,25	93,83	23.612.948,16	22.814.442,67	0,25	96,55	25.147.789,83	24.297.381,00	0,22	99,35
(-) Juros e Encargos da Dívida	-185.103,73	-178.844,18	-0,00	-0,78	-197.135,47	-190.469,05	-0,00	-0,81	-209.949,28	-202.850,00	-0,00	-0,83
(+) Total das Despesas de Capital	2.886.399,11	2.788.791,41	0,03	12,22	3.074.015,05	2.970.062,85	0,03	12,57	3.273.826,00	3.163.117,00	0,03	12,93
(-) Amortização da Dívida	-10.492,77	-10.137,94	0,00	-0,04	-11.174,80	-10.796,91	0,00	-0,05	-11.901,17	-11.499,00	0,00	-0,05
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das despesas primárias (II)	24.862.584,89	24.021.821,15	0,28	105,22	26.478.652,94	25.583.239,56	0,26	108,27	28.199.765,38	27.246.150,13	0,24	111,41

Resultado Primário (III) = (I - II)	1.371.422,39	1.325.045,79	0,02	5,80	1.460.564,88	1.411.173,80	0,02	5,97	1.555.501,63	1.502.900,12	0,02	6,14
Resultado Nominal - abaixo da linha	148.469,05	143.448,35	0,00	0,63	153.665,46	148.469,05	0,00	0,63	159.043,75	153.665,46	0,00	0,63
Dívida Consolidada (I)	5.941.589,11	5.740.665,80	0,07	25,14	6.149.544,73	5.941.589,11	0,06	25,14	6.364.778,79	6.149.544,73	0,06	25,14
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	4.390.441,80	4.241.972,76	0,05	18,58	4.544.107,27	4.390.441,80	0,05	18,58	4.703.151,02	4.544.107,27	0,04	18,58
Parceiros públicos Privados												
Receitas Primárias advindas de PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VIII) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Variáveis	Exercícios		
	2022	2023	2024
Inflação média (% anual) projetada c/ base em índice oficial*	3,50	3,50	3,50
Crescimento do PIB - Fonte: FJP- Fundação João Pinheiro/IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	3,00	3,00	3,00
Projeção do PIB:	8.780.557.561,00	9.446.592.841,00	10.139.128.386,00
Receita Corrente Líquida	23.629.557,04	24.456.591,53	25.312.572,24

Metodologia de cálculo dos valores constantes	Ano de 2022 = valores correntes divididos por...	1,0350
	Ano de 2023 = valores correntes divididos por ...	1,0350
	Ano de 2024 = valores correntes divididos por ...	1,0350

IMAGEM
NÃO
DISPONÍVEL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO: BALDIM
UF: MINAS GERAIS

Leis de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício
Anterior
Exercício 2022

14 abr 2021 15:58

FOLHA: 1

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas			Metas Realizadas			Variação	
	2020 (a)	% PIB	% RCL	2020 (b)	% PIB	% RCL	Valor	%
RECEITAS PRIMÁRIAS								
Total Receitas Correntes	20.582.000,00	0,31	106,83	22.055.291,46	0,33	111,91	-1.116.974,18	-4,75
(-) Valores Mobiliários	-32.500,00	0,00	0,15	-11.897,14	0,00	0,05	20.602,86	63,39
(+) Total das receitas de capital	0,00	0,00	0,00	679.073,64	0,01	3,09	-679.073,64	0,00
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Total de receitas primárias (I)	20.549.500,00	0,27	101,70	22.722.467,96	0,30	103,26	-2.172.967,96	-10,57
DESPESAS PRIMÁRIAS								
Total Despesas Correntes	19.131.167,08	0,26	86,75	20.009.288,94	0,27	90,93	-918.622,26	-4,81
(-) Juros e Encargos da Dívida	-220.000,00	0,00	1,00	-159.972,02	0,00	0,73	60.027,98	27,29
(+) Total despesas de capital	1.450.832,92	0,02	6,59	2.341.312,36	0,03	10,64	-890.479,44	-61,38
(-) Amortização da Dívida	-200.000,00	0,00	0,91	-99.374,92	0,00	0,45	100.625,08	50,31
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	40.500,40	0,00	0,18	0,00	0,00	0,00	40.500,40	100,00
(+) Total de despesas primárias (II)	20.202.500,40	0,27	99,98	22.091.254,36	0,30	100,39	-1.888.753,96	-9,35

IMAGEM
NÃO
DISPONÍVEL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO: BALDIM
UF: MINAS GERAIS

Leis de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício
Anterior
Exercício 2022

14 abr 2021 15:58

FOLHA: 2

RESULTADO PRIMÁRIO(III)=(I-II)	346.999,60	0,00	1,58	631.213,60	0,01	2,87	-284.214,00	-81,91
Dívida Consolidada (I)	5.728.272,96	0,08	26,03	5.533.171,86	0,07	25,14	195.101,10	3,41
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	4.553.594,85	0,06	20,69	4.088.648,44	0,05	18,58	464.946,41	10,21
Resultado Nominal - abaixo da linha	145.468,18	0,00	0,66	-319.478,23	-0,00	-1,45	464.946,41	319,62

Fonte:

	Previsão	Realizado	Variação
*Valores PIB no exercício de 2020	7.478.134.948,00	7.478.134.948,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	20.206.764,76	22.005.291,46	-1.798.526,70

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL	14 abr 2021 15:59
	MUNICIPIO: BALDIM	FOLHA: 1
	UF: MINAS GERAIS	
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRES EXERCÍCIOS ANTERIORES		
EXERCÍCIO DE 2022		

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º , §2º,

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
RECEITAS PRIMÁRIAS											
Total das Receitas Correntes	19.561.243,72	22.055.291,46	13,00	23.911.022,54	8,00	25.465.238,92	6,00	27.120.479,50	7,00	28.883.310,69	7,00
(-) Valores Mobiliários	-39.065,52	-11.897,14	-70,00	-10.343,11	-13,00	-11.015,41	6,00	-11.731,40	6,00	-12.493,94	6,00
(+) Total das Receitas de Capital	475.359,86	679.073,64	43,00	732.191,33	8,00	779.783,77	7,00	830.469,72	7,00	884.450,26	7,00
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	19.997.538,06	22.722.467,96	13,63	24.632.870,76	8,41	26.234.007,28	6,50	27.939.217,82	6,50	29.755.267,01	6,50
DESPESAS PRIMÁRIAS											
Total das Despesas Correntes	18.103.810,20	20.009.288,94	11,00	20.818.574,88	4,00	22.171.782,28	7,00	23.612.948,16	7,00	25.147.789,83	7,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	-186.362,13	-159.972,02	-14,00	-173.806,32	9,00	-185.103,73	6,00	-197.135,47	6,00	-209.949,28	7,00
(+) Total das Despesas de	845.809,27	2.341.312,36	177,00	2.710.233,91	16,00	2.886.399,11	6,00	3.074.015,05	6,00	3.273.826,00	6,00
(-) Amortização da Dívida	-206.655,23	-99.374,92	-52,00	-9.852,36	-90,00	-10.492,77	7,00	-11.174,80	6,00	-11.901,17	7,00
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das despesas primárias (II)	18.556.602,11	22.091.254,36	19,05	23.345.150,11	5,68	24.862.584,89	6,50	26.478.652,94	6,50	28.199.765,38	6,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.440.935,95	631.213,60	0,00	1.287.720,65	-10,63	1.371.422,39	6,50	1.460.564,88	6,50	1.555.501,63	6,50

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL	14 abr 2021 15:59									
	MUNICIPIO: BALDIM	FOLHA: 2									
	UF: MINAS GERAIS	METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRES EXERCÍCIOS ANTERIORES EXERCÍCIO DE 2022									

Resultado Nominal - abaixo da linha	4.408.126,67	-319.478,23	-107,25	-311.622,09	-2,46	148.469,05	-147,64	153.665,46	3,50	159.043,75	3,50
Dívida Consolidada (I)	5.545.278,76	5.533.171,86	-0,22	5.740.665,80	3,75	5.941.589,11	3,50	6.149.544,73	3,50	6.364.778,79	3,50
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	4.408.126,67	4.088.648,44	-7,25	4.241.972,76	3,75	4.390.441,80	3,50	4.544.107,27	3,50	4.703.151,02	3,50

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
RECEITAS PRIMÁRIAS											
Total das Receitas Correntes	20.288.921,99	22.849.281,95	12,62	23.911.022,54	4,65	24.604.095,57	2,90	26.203.361,84	6,50	27.906.580,38	6,50
(-) Valores Mobiliários	-40.518,76	-12.325,44	-69,58	-10.343,11	-16,08	-10.642,91	2,90	-11.334,69	6,50	-12.071,44	6,50
(+) Total das Receitas de Capital	493.043,25	703.520,29	42,69	732.191,33	4,08	753.414,27	2,90	802.386,20	6,50	854.541,31	6,50
(-) Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das receitas primárias (I)	20.741.446,48	23.540.476,81	13,50	24.632.870,76	4,64	25.346.866,94	2,90	26.994.413,35	6,50	28.749.050,25	6,50
DESPESAS PRIMÁRIAS											
Total das Despesas Correntes	18.777.271,94	20.729.623,34	10,40	20.818.574,88	0,43	21.422.011,86	2,90	22.814.442,67	6,50	24.297.381,48	6,50
(-) Juros e Encargos da Dívida	-193.294,80	-165.731,01	-14,26	-173.806,32	4,87	-178.844,18	2,90	-190.469,05	6,50	-202.849,55	6,50
(+) Total das Despesas de Capital	877.273,37	2.425.599,60	176,49	2.710.233,91	11,73	2.788.791,41	2,90	2.970.062,85	6,50	3.163.116,91	6,50
(-) Amortização da Dívida	-214.342,80	-102.952,42	-51,97	-9.852,36	-90,43	-10.137,94	2,90	-10.796,91	6,50	-11.498,72	6,50
(+) Reserva Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das despesas primárias (II)	19.246.907,71	22.886.539,52	18,91	23.345.150,11	2,00	24.021.821,15	2,90	25.583.239,56	6,50	27.246.150,13	6,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.494.538,77	653.937,29	-56,24	1.287.720,65	96,92	1.325.045,79	2,90	1.411.173,80	6,50	1.502.900,13	6,50

Resultado Nominal - abaixo da linha	4.572.056,08	-330.979,45	-111,11	-311.622,09	-2,46	143.448,35	-142,65	148.469,05	3,38	153.665,46	3,38
Dívida Consolidada (I)	5.751.496,59	5.732.366,05	-0,23	5.740.665,80	3,75	5.740.665,80	3,38	5.941.589,11	3,38	6.149.544,73	3,38
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	4.572.056,08	4.235.839,78	-7,51	4.241.972,76	3,75	4.241.972,76	3,38	4.390.441,80	3,38	4.544.107,27	3,38

Índices de Inflação					
2019	2020	2021	2022	2023	2024
4,31	3,30	3,75	3,50	3,50	3,50
IPCA - Fonte das Informações: FJP- Fundação João Pinheiro/IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central					
Fatores para Estabelecimento de Valores Constantes - (Quadro 1 - Relatório de Índices)					
Ano de 2019 = valores correntes multiplicado por...	1,0372	Ano de 2022 = valores correntes divididos por...	1,0350		
Ano de 2020 = valores correntes multiplicado por ...	1,0360	Ano de 2023 = valores correntes divididos por ...	1,0350		
Ano de 2021 = valores correntes multiplicado por ...	1,0000	Ano de 2024 = valores correntes divididos por ...	1,0350		

IMAGEM
NÃO
DISPONÍVEL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICIPIO: BALDIM

UF: MINAS GERAIS

14 abr 2021 15:59

FOLHA: 1

LEIS DE DIRETRIZES9 ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício 2022

AMF - DEMONSTRATIVO 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio / Capital	19.687.292,52	100%	13.463.578,62	100%	10.183.543,04	100%
Reservas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Resultado Acumulado	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
TOTAL	19.687.292,52	100%	13.463.578,62	100%	10.183.543,04	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Reservas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
TOTAL	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL	LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSO OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS Exercício 2022	14 abr 2021 15:59
	MUNICIPIO: BALDIM		FOLHA: 1
	UF: MINAS GERAIS		

AMF - DEMONSTRATIVO 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

Receitas Realizadas	2018(a)	2019(b)	2020(c)
Receitas de Capital - Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Saldo Financeiro dos Exercícios Anteriores somado á Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Despesas Executadas	2018(d)	2019(e)	2020(f)
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (II)	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Saldo Financeiro	2018(g)	2019(h)	2020(i)
Valor(III)	0,00	0,00	0,00

NOTA

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	UF:	MINAS GERAIS	DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS EXERCÍCIO 2022	14 abr 2021 15: FOLHA 1
	MUNICÍPIO:	BALDIM		
	ENTIDADE:	PREFEITURA MUNICIPAL		

ARF - (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
01 - Demandas Judiciais	150.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação.	150.000,00
02 - Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
03 - Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
04 - Assunção de Passivos	0,00		0,00
05 - Assistências Diversas	0,00		0,00
06 - Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
07 - Frustração de Arrecadação	1.000.000,00	Limitação de empenho.	1.000.000,00
08 - Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
09 - Discrepância de Projeções	200.000,00	Redução de despesas em diversos setores da Prefeitura.	200.000,00
10 - Outros Riscos Fiscais	150.000,00	Redução de despesas em diversos setores da Prefeitura.	150.000,00
SUB TOTAL	1.350.000,00	SUB TOTAL	1.350.000,00
TOTAL	1.500.000,00	TOTAL	1.500.000,00

IMAGEM NÃO DISPONÍVEL	ENTIDADE: PREFEITURA	LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO Exercício de 2022	14 abr 2021 15:59
	MUNICÍPIO: BALDIM		FOLHA 1
	UF: MINAS GERAIS		

AMF - DEMONSTRATIVO 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

Eventos	Valores Previsto Para 2022
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Impacto de Novas DOCC geradas para PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	0,00

Nota Explicativa

"NADA A DECLARAR"

As situações de expansão de despesas não se enquadram a realidade da administração municipal para o exercício.

ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2022

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributos	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2022	2023	2024	
1.1.1.8.01.1.1 – IPTU Desconto de até 20% (vinte por cento)	Outros benefícios de carater não geral	CONTRIBUINTE	34.163,17	36.725,40	39.479,80	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará na execução da despesa fixada na proposta orçamentária.
1.1.1.8.02.3.1 – ISS: Dívida de até 10% (Dez por cento)	Outros benefícios de carater não geral	CONTRIBUINTE	231,12	248,45	267,08	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará na execução da despesa fixada na proposta orçamentária.
1.1.1.8.01.1.2 – IPTU: Dívida Ativa Multa e Juros Desconto até 40% (quarenta por cento)	Outros benefícios de carater não geral	CONTRIBUINTE	2.484,59	2.670,94	2.871,26	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará na execução da despesa fixada na proposta orçamentária.
1.1.1.8.02.3.4 – ISS: Dívida Ativa Multa e Juros desconto de até 10%	Outros benefícios de carater não geral	CONTRIBUINTE	520,03	559,03	600, 96	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará na execução da despesa fixada na proposta orçamentária.
1.1.1.8.01.1.1 – IPTU	Alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo (Redução)	CONTRIBUINTE	0,00	0,00	0,00	Não haverá
TOTAL			37.398,91	40.203,82	43.219,10	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OBRAS EM ANDAMENTO

CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO DO ART.45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000- LRF

ITEM	OBRA	DESCRIÇÃO
1	PONTE TIA SALETE-BALDIM	Obra paralisada, retorno previsto com a mobilização a partir do dia 16 de abril de 2021. Contrato prorrogado até o dia 15 de junho de 2021. Recurso: Defesa Civil.
2	REFORMA DA PRAÇA SAGRADA FAMÍLIA- VARGEM GRANDE	Obra paralisada. Aguardando licitação de equipamentos específicos para que a Prefeitura possa realizar serviços preliminares, de modo a possibilitar frente de trabalho para as empreiteiras. Previsão para término de 4 meses. Recurso: próprio.
3	ANTIGO POSTO DE SAÚDE DE SÃO VICENTE-JOAQUIM TEIXEIRA DIAS	Obra em andamento. Previsão para término de 4 meses. Recurso: próprio.
4	SERVIÇO DE TAPA BURACO NO MUNICÍPIO DE BALDIM	Obra em processo de contratação. Recurso: próprio.
5	COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DE SÃO VICENTE	Obra não iniciada. Os três primeiros colocados não tiveram interesse em executar pelo valor adjudicado em função do aumento do preço dos insumos da construção civil. Toda documentação será refeita para que seja aberto novo processo licitatório. Recurso: Convênio.
7	REFORMA DA ESCOLA EMERECIANA AUGUSTA DA SILVA XAVIER	Obra paralisada. Aguardando término de execução de outras obras que estão sendo executadas com mão de obra da prefeitura para ser reiniciada. Previsão para término de 4 meses. Recurso: próprio.
8	CRECHE DE SÃO VICENTE - REFORMA DE TELHADO E CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO	Obra não iniciada. Aguardando término de execução de outras obras que estão sendo executadas com mão de obra da Prefeitura para ser iniciada. Previsão para término de 6 meses. Recurso: próprio.
9	OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AMANDA	Obra em processo de análise pelo Convênio Gigov.

POSIÇÃO EM: 14/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
Estado de MinasGerais

ANEXO I
PRIORIDADES EMETAS
2022

PROGRAMAS	AÇÕES	FINALIDADE DA AÇÃO	PRODUTO DA AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ABASTECIMENTO D'ÁGUA	Aquisição de equipamentos e material permanente para o serviço de água na zona rural	Otimizar a distribuição de água trazendo qualidade de vida à população com acesso à higiene.	Bens adquiridos	Unid.	2
ABASTECIMENTO D'ÁGUA	Manutenção dos serviços de abastecimento de água na zona rural	Garantir à população da zona rural acesso à água potável e de qualidade	Atividades realizadas	Percentual	100
ATENÇÃO BÁSICA	Manutenção das ações e serviços da atenção básica	Manter e ampliar o acesso da população às ações e serviços da atenção primária à saúde.	Saúde incentivada	Percentual	100
EDUCAÇÃO BÁSICA	Manutenção das atividades da educação básica - ensino fundamental	Melhorar o ensino municipal buscando atingir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.	Atividades realizadas	Percentual	100
ESTRADAS VICINAIS	Manutenção das atividades de estradas vicinais	Manter o escoamento da produção agrícola visando o desenvolvimento econômico municipal.	Atividades realizadas	Percentual	100
INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇO DE SAÚDE	Aquisição de equipamentos e material permanente para a vigilância sanitária	Estruturar a vigilância sanitária do município.	Equipamento adquirido	Unid.	2
INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇO DE SAÚDE	Aquisição de equipamentos e material permanente para a atenção básica	Equipar os postos de saúde para oferecer melhor atendimento ao usuário.	Equipamento adquirido	Unid.	10
LIMPEZA PÚBLICA	Manutenção das atividades de limpeza pública	Manter os serviços de limpeza pública fomentando a coleta seletiva de lixo e a preservação do meioambiente.	Atividades realizadas	Percentual	100
MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL	Manutenção da merenda escolar da educação básica - ensino fundamental	Contribuir para a elevação da qualidade do ensino e a diminuição da evação escolar.	Alunos beneficiados	Percentual	100
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Estruturação da rede de proteção social básica	Estruturar a rede de proteção à comunidade carente do município.	Bens adquiridos	Unid.	1
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Serviços da proteção social básica	Manter os serviços de proteção social com o intuito de prevenir riscos sociais através do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares.	Atividades realizadas	Percentual	100
SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção das atividades da polícia militar em convênio	Contribuir para a segurança dos cidadãos evitando assaltos e outras marginalidades.	Convênio mantido	Percentual	100
SEGURANÇA PÚBLICA	Manutenção das atividades do policiamento civil em convênio	Contribuir para a segurança dos cidadãos evitando assaltos e outras marginalidades.	Convênio mantido	Percentual	100
SISTEMAS DE ESGOTOS	Construção/ampliação/reforma de rede esgoto sanitário	Oferecer à população acesso a saneamento básico.	Rede construída/ampliada	Metros	300
SISTEMAS DE ESGOTOS	Manutenção dos serviços de esgotos na zona urbana	Manter o acesso da população ao saneamento básico urbano.	Atividades realizadas	Percentual	100
VIAS URBANAS	Construção/ampliação/reforma de calçamentos, pavimentação asfáltica e galerias de águas pluviais	Oferecer melhores condições de acesso e locomoção dentro da sede, distritos e comunidades beneficiando a população em geral.	Ruas pavimentadas	Metros	400